

Que faremos com estas bibliotecas?

Paula Sequeiros,¹ Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
psequeiros@ces.uc.pt

Nuno Medeiros,² Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa e Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa
nuno.medeiros@fcsh.unl.pt

As políticas culturais têm marcado de modo diverso as realidades nacionais e locais das bibliotecas públicas e da leitura pública. Materializando e multiplicando exemplos concretos – desde instituições centenárias na Europa e no mundo ocidental até projetos recentes espalhados por países, regiões e contextos socioculturais –, as bibliotecas têm exercido um papel relevante nos serviços públicos às populações, como lugares de cultura, lazer, aprendizagem, informação, formação e sociabilidade.

Como nenhuma outra, se excetuarmos a função de repositório, a leitura aparece indissociavelmente ligada à finalidade das bibliotecas, assimilando-se a um tropo funcional da sua própria definição. A representação imagética da leitura tem-se mantido ocupada pelo livro (objeto e símbolo), expressão máxima da leitura como competência cognitiva e interpretativa e como elemento vetusto e conferente de estatuto. A relação da leitura com estes aspetos de organização social e de acesso a bens culturais, sua apropriação e circulação, bem como a sua imbricação na realidade histórica das bibliotecas constitui desde cedo um tópico do exercício do poder, particularmente visível no contexto da modernidade. O advento da leitura pública como desígnio de projetos nacionais, alicerçados pela qualificação da população e apontados à sua elevação cultural e intelectual, sedimenta a ideia de que cabe aos poderes públicos organizar a relação com o objeto leitural capaz de induzir a transformação humana. No quadro destas reconfigurações insere-se a biblioteca.

Convém algum esclarecimento terminológico, ainda que sucinto. Por leitura pública entendemos a diversidade de práticas e modos de ler em qualquer meio físico ou digital, no âmbito de bibliotecas, de instituições públicas ou de entidades coletivas com fins de uso público, ainda que de foro diverso, como o privado ou o cooperativo. O âmbito aqui consignado à leitura pública liga-a a um quadro institucional heterogéneo: na sua promoção, nos espaços que a acolhem ou suscitam, nos saberes e competências mobilizados (especializados ou não). Nesta tipologia ampla compreende-se uma biblioteca municipal, ou um polo, uma associação recreativa e cultural, uma biblioteca especializada e privada de um instituto, organização profissional ou fundação, com o acesso ao público como traço comum.

¹ Investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Pesquisa na área das bibliotecas públicas e novas tecnologias, bibliotecas públicas e leitura. Pós-doutoranda no CES com projeto "A biblioteca no tempo: bibliotecas dos paradigmas do impresso, do oral e do digital", 2017. Licenciada em História, Universidade do Porto; Mestrado Sociedad de la Información y del Conocimiento, UOC; Doutoramento em Sociologia, Universidade do Porto. Foi documentalista em empresas e bibliotecária em instituições do ensino superior. Trabalhos depositados em <http://eprints.rclis.org/>.

² Docente na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Colabora ainda com o H&TRC – Centro de Investigação em Saúde e Tecnologia do Instituto Politécnico de Lisboa. Doutorado em Sociologia. Tem-se especializado na sociologia e história da cultura, do livro, da edição e da cultura e comunicação impressas, na sociologia e história da alimentação e na sociologia da saúde e das profissões.

Por outro lado, a leitura pública existe enquanto elemento estruturador de práticas de agentes variados, personagens que vão da animação de leitura às profissionais de biblioteca, da administração à chefia de serviços, da legislação à vereação da cultura, da casa editora à livraria, da investigação ao leitor e à leitora e ainda à docência.

Não pretendendo fazer uma genealogia da biblioteca pública e das políticas públicas de leitura, pretendemos sim indagar a biblioteca como espaço e como ideia materializados e representados de modo plural. Como observar e analisar as alterações das finalidades e as respostas institucionais? Como imagina a biblioteca a realidade envolvente? E aspirará à diversidade, à transformação? Estas foram perguntas centrais que endereçámos aos participantes da conferência internacional *Bibliotecas Públicas, Políticas Culturais e Leitura Pública*, organizada pelo Centro de Estudos Sociais e decorrida em 6 e 7 de Setembro de 2018 na Fundação José Saramago, em Lisboa.

Nas décadas mais recentes, a conjugação de fenómenos como crises económicas e financeiras, a inflexão nas políticas culturais e da prestação dos serviços públicos, ou ainda a difusão da leitura digital, entre outros, alterou de modo complexo e ainda não inteiramente conhecido os cenários, os modos e a oferta dos e nos espaços de leitura pública. Essas mudanças produziram-se de modos diversos e até contraditórios nos espaços de leitura locais, nacionais, além-fronteiras, com diferente visibilidade e repercussão pública: desde o encerramento de bibliotecas até uma expansão continuada das redes de leitura, desde cortes drásticos no financiamento até uma profusão de discursos institucionais sobre casos de sucesso, desde debates sobre – e denúncias de – censura e vigilância “suaves” até a um recrudescimento de práticas de controlo da leitura, das aquisições e do acesso a meios digitais.

A biblioteca, no entanto, não se constitui historicamente apenas como lugar de acesso à informação para fins variados, com particular incidência numa plasticidade recente. Os espaços de biblioteca têm conhecido alterações de uso e de conceção que as transformam em espaços multiformes e sincréticos, onde se encontram representações e práticas de utilização para lá das tradicionalmente associadas à leitura e ao acesso a bens intelectuais enquanto cultura para elites. Entender a biblioteca com serviço de leitura pública é, desde algumas décadas, procurar conhecer uma crescente diversificação de sentidos, morfologias e usos, fazendo com que o espaço e o lugar social e cultural das bibliotecas sejam atualmente pautados pela heterogeneidade.

Por outro lado, a dinâmica reconfiguradora ocorre igualmente numa outra dimensão, a da leitura pública como esfera de ação e luta social e política, incorporando conflitos, gerando tensões e discussões próprias, mas também dinâmicas e cenários concretos nos quais se fomenta a normatização, a inclusão, mas também a exclusão, a contracultura ou a resistência. As bibliotecas públicas são hoje objeto de debate, mas também de experiência. Nelas e a partir delas são desenvolvidos processos suscetíveis de reenquadrar, modificar e ampliar finalidades institucionais, surgindo como campo de teste de políticas públicas e de visões sociais de efeitos, uma vez mais, recompositores do que podem e devem ser as bibliotecas. Qual o seu lugar nas cidades, nos espaços rurais? Quem oferece leitura e como se oferece? Como as bibliotecas acolhem a diversidade (raças e etnias, nacionalidades, identidades de género, religiosas)? Como encaram as desigualdades? A biblioteca pode ser um espaço contracultural? Que ligações com as comunidades, contexto para a ação das bibliotecas? Que eixos se desejam ou esperam para a programação e gestão dos espaços? Como pensá-los arquiteturalmente? Parafraseando o título de José Saramago, lançámos a pergunta: *Que faremos com estas bibliotecas?*

É a leitura de alguns desses processos e projetos que aqui propomos, elaborada com base em algumas das participações na conferência *Bibliotecas Públicas, Políticas Culturais e Leitura Pública*. Emergem, à cabeça, as questões ligadas à própria definição – ou redefinição

– da biblioteca pública naquilo que ela é e pode ser, face não só às mudanças das últimas décadas, mas também face aos modelos decorrentes dessas mudanças. No texto *La identidad de la biblioteca pública y el campo de la biblioteconomía social*, Margarita Pérez Pulido e Maurizio Vivarelli tecem uma panorâmica desta mutação e dos modelos que ela foi gerando, explorando as novas linhas de complexificação da cultura biblioteconómica, as encruzilhadas com que se depara, as tensões que suscita, mas também nas possibilidades que abre, especialmente no decurso da afirmação de modelos de cunho participativo. Como consequência, a autora e o autor teorizam um perfil de biblioteconomia social nas suas declinações metodológicas, práticas, gestionárias, éticas e deontológicas.

A discussão em torno das conceções materiais e dos modelos culturais de intervenção nas bibliotecas de leitura pública, constituem, então, uma parte da problematização do tema. Um outro eixo é o das políticas públicas enquanto instrumentos de democracia e emancipação cultural, o que entronca nas dimensões estratégicas da biblioteca na sua intersecção com a oferta de leitura. O que entronca ainda com uma via na relação interventiva com utentes e população, em geral, servida ou potencialmente servida pelas bibliotecas. É deste universo de convergência que trata o texto *O contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural*, de Rui Matoso. Tomando como objeto de análise as bibliotecas públicas e as dinâmicas culturais locais, o autor explora as relações entre os pressupostos políticos discerníveis, possíveis ou desejáveis e os modos variados como se estes se articulam com a vida cultural das cidades. Nesse sentido, o texto de Rui Matoso divide-se em duas fases. Na primeira, promove uma análise do papel desempenhado pelas bibliotecas nos processos de descentralização e municipalização da política cultural. Numa segunda fase, propõe vias políticas de estratégia e de atuação para uma mudança social e urbana dirigida à participação criativa e cidadã.

A exploração de casos concretos de envolvimento com as comunidades específicas servidas por uma biblioteca corresponde, pois, a outra das componentes imprescindíveis a esse esforço de indagação das bibliotecas enquanto entidades multiformes, dotadas de particularidades e de uma história. A biblioteca pode ser tomada como elemento agregador das populações em que se insere e que procura servir, materializando a ideia de que a intervenção gizada pelos atores políticos incumbidos de gerir a oferta cultural e bibliotecária pública pode firmar laços com a comunidade envolvente e com grupos no seio desta. É o caso de *Como envolver a comunidade com as bibliotecas através da arte?*, de Maria Manuel Rijo. A Biblioteca Municipal Ary dos Santos, situada no concelho de Loures, tem-se consumado como ilustração da intervenção pública na cultura local com sede numa biblioteca municipal com atividade recentemente iniciada, que proporciona serviços que ultrapassam os limites de uma oferta reduzida culturalmente à leitura, integrando-se num diálogo que, longe de se restringir a um papel passivo, demanda a interpelação da heterogénea comunidade envolvente, privilegiando o caso descrito a dimensão artística. Num registo narrativo de carácter testemunhal, a autora não esconde um tom implicado, articulando uma apresentação dos pressupostos estratégicos em que se funda a política definida para balizar politicamente a atuação da Biblioteca Municipal Ary dos Santos com a descrição das medidas que procuraram dar corpo a essa estratégia.

A vaga reconfiguradora não traz somente influxos positivos. As bibliotecas públicas sempre parecem ter funcionado como metáfora das contradições verificadas nas opções políticas, campo de interesses flutuantes que olha para a leitura e a salvaguarda e conhecimento de património de modo errático. Não raro, o que sucede é o abandono e o desinvestimento de longo prazo nos espaços e espólios de biblioteca, muitas vezes de valor simbólico, patrimonial e educativo. Se esta realidade afeta, com graus de impacto diverso, as bibliotecas públicas municipais ou especializadas (incluindo as universitárias organizadas em

torno de institutos e centros de pesquisa), ela far-se-á sentir com agudeza nas bibliotecas escolares.

Parece ser o caso do acervo depositado na biblioteca de uma escola secundária histórica no Porto. No texto *A Biblioteca do Liceu Alexandre Herculano no Porto: entre políticas estigmatizantes e uma estratégia de mobilização social*, Carla Silva parte deste caso para uma análise de escopo ambicioso. Aí articula o resultado de escolhas e medidas restritivas de cariz neoliberal, nacional e local, com o depauperamento dos serviços tanto de promoção da leitura como de manutenção e estudo patrimonial que a biblioteca escolar pode oferecer. O seu argumento é especialmente incisivo por este caso contemplar um espólio de elevado valor bibliográfico, tanto nos espécimes possuídos quanto na lógica das coleções e todo o seu conjunto. Os constrangimentos observados aprofundam as assimetrias entre instituições, na medida em que ampliam as clivagens entre territórios e grupos sociais que os habitam e que são servidos pelas diversas escolas. Introduzindo, portanto, a problemática das desigualdades sociais, a autora dá a conhecer as ações de mobilização social, esteadas na participação cívica e no compromisso coletivo, promovidas pela própria biblioteca. Propulsionadas pela mitigação das limitações e pela ultrapassagem de obstáculos, essas ações dialogam com a comunidade e aspiram a uma equidade no acesso ao espólio histórico e cultural e aos bens e serviços de leitura e educação.

A preservação, organização e disponibilização pública de espólios documentais e bibliográficos, face ao perene risco de esquecimento, fragmentação e mesmo destruição, são o mote de Débora Dias no seu texto *Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses*. Sustentada num estudo de caso da biblioteca pessoal de Joaquim de Carvalho, intelectual figueirense, constituída ao longo da primeira metade do século XX, a narrativa de Débora Dias discute o trajeto de uma biblioteca privada no processo relação com o espaço público. A autora assemelha metaforicamente a constituição de uma biblioteca privada a uma obra, procurando interpretar esse trajeto de construção em dois tempos. Em primeiro lugar, o tempo de vida de Joaquim de Carvalho, confundindo-se a biblioteca com a preenchida biografia do patrono, professor, filósofo, historiador, diretor tanto da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra quanto da Imprensa da Universidade de Coimbra, animador de publicações em torno da filosofia, entre outros cargos de relevo na Universidade de Coimbra. Essa obra pode ser entendida a partir das lógicas que presidiam à circulação de livros e periódicos no contexto do final da Primeira República e do Estado Novo, até ao final dos anos 1950. Em segundo lugar, o tempo transcorrido a partir da aquisição do espólio pelo Estado e da incorporação no fundo da Universidade de Coimbra, tempo esse que desenha um percurso contraditório a partir do qual se podem pensar as políticas públicas de proteção e valorização do património bibliográfico.

Nas coleções, nos espaços e nas dinâmicas de intervenção cultural, pressente-se um tema que, embora sempre presente neste horizonte de questionamento, se mantém usualmente em silêncio nas políticas e práticas de leitura e mesmo nas finalidades da leitura pública. Qual o lugar para a leitura (simplesmente) por prazer nos espaços das bibliotecas públicas? No texto *Na biblioteca pública, ler por prazer: uma mirada feminista*, Paula Sequeiros interroga as possibilidades de concretização de um lugar para a leitura por prazer no espaço da biblioteca pública. Elencando os estigmas permanentes da leitura – perigo social, imoralidade, inutilidade –, tanto em privado como no âmbito de serviços públicos de leitura, a autora associa-os ao moralismo conservador, patriarcal e ao imperativo produtivista, propondo uma superação deste quadro através de um olhar e de um quadro teórico feminista. A autora argumenta esta mudança de perspetiva crítica e enfoca uma abordagem à leitura como trabalho de cuidado de si, em que a pessoa leitora se articula com o social, num trabalho de reprodução dirigido à imaginação, à reparação corporal, e à busca de alegria e contentamento.

O conjunto de textos aqui reunido pretende funcionar como um feixe de aproximações que capture criticamente e descreva casos específicos ou lógicas transversais de mudança e reconfiguração. Pretende ainda despertar estudos de caso e abordagens parcelares que contribuam para uma agregação analítica e reflexiva de algumas destas dinâmicas, de modo a responder, ou melhor, a ajudar a responder à pergunta seminal (mas também final) que nos mobilizou: que faremos com estas bibliotecas?